

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL
GERÊNCIA DE NUTRIÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto o registro de preço para **aquisição de Hortifrutigranjeiros**, para atender as necessidades do Serviço Social do Comércio Administração Regional do Distrito Federal - Sesc-AR/DF, conforme condições e exigências estabelecidas neste **Termo de Referência e anexo A**.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme **anexo A**, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2.1. relativamente aos grupos, faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS DOS OBJETOS

2.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações estabelecidas, respeitando os padrões de qualidade exigidos para hortifrutigranjeiros, com atenção ao manuseio, transporte e acondicionamento, garantindo a integridade e frescor dos itens.

2.2. Não serão aceitos produtos com data de validade vencida, ou fora dos padrões estabelecidos para acondicionamento e transporte

2.3. Os hortifrutigranjeiros deverão ser entregues nas Unidades do Sesc:

- a) em adequada condições de higiene;
- b) com gêneros de primeira qualidade;

- c) ótima apresentação;
- d) de acordo com o estado de maturação indicado pela nutricionista ou responsável pelo pedido;
- e) de acordo com os padrões de qualidade, manuseio e transporte;
- f) acondicionados em sacos plásticos ou caixas vazadas apropriados e limpos; e
- g) em condições adequadas de fornecimento.

2.4. A CONTRATADA deverá entregar, em sua totalidade, os itens solicitados em cada pedido, independente da quantidade solicitada.

3. DA NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Considerando o disposto na Resolução Sesc nº 1.593/2024, o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de “bens comuns”, uma vez que suas especificações são usuais no mercado. Dessa forma, sua seleção pode ser realizada exclusivamente com base nos preços ofertados, pois os itens são comparáveis entre si e não exigem uma avaliação técnica minuciosa.

3.2. Os bens comuns são aqueles encontráveis facilmente no mercado, e quando for possível o estabelecimento de padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado.

3.3. A classificação dos **hortifrutigranjeiros como bens comuns** decorre da ampla disponibilidade desses gêneros no mercado nacional e regional, da possibilidade de descrição técnica precisa e da existência de práticas comerciais consolidadas que permitem sua aquisição com base em especificações objetivas. Ademais, os critérios de qualidade como aparência, textura, odor, cor, maturação e acondicionamento podem ser avaliados de forma imediata e comparável entre fornecedores, conforme as normas sanitárias e de controle de qualidade aplicáveis. Essa condição garante **transparência, competitividade e padronização do fornecimento**, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e isonomia previstos na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

4. VALOR DE REFERÊNCIA

4.1. O valor total estimado do objeto desta licitação é de **R\$ 10.706.083,32 (dez milhões, setecentos e seis mil, oitenta e três reais e trinta e dois centavos)**, e possuirá caráter não sigiloso, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

4.2. O presente certame será realizado pelo modo de disputa **aberto e fechado**, nos termos do art. 28, incisos I e II, da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O **Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Distrito Federal (Sesc-AR/DF)** atua no Distrito Federal desde 1966, oferecendo serviços e atividades nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, turismo social, e alimentação. Através de programas e projetos inovadores, o Sesc-AR/DF atende anualmente milhões de pessoas, contando com mais de mil colaboradores empenhados em garantir serviços de qualidade à população.

5.2. Atualmente, o Sesc-AR/DF possui **13 (treze)** unidades operacionais espalhadas por todo o Distrito Federal, constantemente modernizadas e reestruturadas para proporcionar um atendimento eficiente e contínuo aos mais de 500.000 comerciários, dependentes e usuários. As unidades seguem em evolução para melhor atender a comunidade, garantindo um serviço de excelência.

5.3. Entre as responsabilidades do Sesc-AR/DF, especialmente nas áreas de **alimentação e nutrição**, destacam-se ações que visam promover a saúde e qualidade de vida por meio do fornecimento de alimentos de qualidade, contribuindo para o bem-estar individual e coletivo da população atendida, com ênfase na utilização de produtos frescos e hortifrutigranjeiros de alta qualidade.

5.4. O fornecimento de produtos hortifrutigranjeiros para as unidades do Sesc-AR/DF é de suma importância para a manutenção de um atendimento de qualidade na área de alimentação. Estes produtos contribuem diretamente para a melhoria da saúde física e mental dos usuários, oferecendo uma alimentação balanceada e nutritiva, que é essencial para o bem-estar geral. O consumo de frutas, legumes e vegetais frescos promove benefícios como a melhora do sistema imunológico, aumento de energia e qualidade de vida.

5.5. A contratação de fornecedores para o fornecimento de produtos hortifrutigranjeiros tem como objetivo garantir a disponibilidade desses produtos essenciais em todas as unidades do Sesc-AR/DF. Essa ação estratégica traz benefícios tanto para os participantes (usuários e funcionários) quanto para a instituição, ao assegurar que as necessidades alimentícias sejam atendidas com qualidade e eficiência, além de fortalecer a imagem do Sesc-AR/DF como um promotor de saúde e bem-estar.

5.6. A aquisição de produtos hortifrutigranjeiros frescos e de qualidade é fundamental para garantir a satisfação dos usuários e o sucesso das atividades realizadas pelo Sesc-AR/DF. Produtos frescos e bem acondicionados, além de atenderem às exigências de saúde pública, também colaboram para um ambiente mais saudável e agradável nas unidades. Isso cria uma experiência positiva, contribuindo para a fidelização dos usuários e o fortalecimento da relação entre o Sesc-AR/DF e a comunidade.

5.7. Para calcular a quantidade necessária para a contratação, foi utilizado como parâmetro o volume de produtos consumido ao longo de 2024/2025, além de um

acréscimo para suportar novos eventos e ações em planejamento. Este aumento na demanda está relacionado ao crescimento das atividades de alimentação nas unidades e ao planejamento de novos projetos que o Sesc-AR/DF está desenvolvendo para os próximos anos.

5.8. Optou-se pela aquisição por lote, pelas seguintes razões:

a) **Homogeneidade do objeto e padronização do fornecimento** – Os produtos hortifrutigranjeiros possuem características de fornecimento e padrões de qualidade que exigem controle uniforme, logística integrada e entrega diária nas unidades. A contratação por lote possibilita que um único fornecedor seja responsável por todo o conjunto de itens do grupo, assegurando padronização, regularidade e integridade dos produtos.

b) **Racionalização logística e eficiência operacional** – A divisão por lotes reduz a complexidade da gestão de entregas, evitando a multiplicidade de fornecedores atuando simultaneamente em um mesmo ponto de entrega. Essa medida minimiza riscos de atrasos, falhas no acondicionamento e divergências de padrões qualitativos, além de otimizar os recursos de recebimento e conferência por parte das unidades.

c) **Aproveitamento econômico e competitividade** – A contratação por lote permite obter melhores condições comerciais, considerando que o fornecedor poderá planejar a aquisição e o transporte de forma otimizada, diluindo custos operacionais e logísticos.

d) **Alinhamento às características da demanda** – A demanda do Sesc-AR/DF para produtos hortifrutigranjeiros é variável e sensível à sazonalidade, havendo necessidade de fornecimento parcelado, sob demanda e com prazos curtos de entrega.

e) **Base normativa** – A adoção de lotes está respaldada no art. 8, § 2.º, inciso I, da Resolução Sesc nº 1.593/2024, que admite a divisão do objeto em lotes quando essa medida for tecnicamente e economicamente vantajosa.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será formalizada por meio de Ordem de Compra (OC), documento que possui força contratual, por se tratar de aquisição pontual, não gerando obrigações futuras, tendo em vista que o objeto, o valor, os prazos e as eventuais garantias já se encontram previamente definidos.

7. DO PRAZO DE ENTREGA E GARANTIAS LEGAIS:

7.1. Os produtos deverão ser entregues diariamente, até às 8 horas da manhã do dia seguinte, na Unidade solicitante que tiver realizado o pedido, após a emissão e confirmação de recebimento da **Ordem de Compra**.

7.1.1. A Contratada deverá realizar a confirmação de recebimento do e-mail em até 24 (vinte e quatro) horas, na ausência de confirmação dentro do prazo estipulado, o

documento será considerado como recebido, iniciando-se, assim, a contagem dos prazos.

7.2. Fica estabelecido o valor mínimo de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** por Ordem de Compra/Solicitação, **admitindo-se, para fins de atendimento a esse limite mínimo, a soma de Ordens de Compra de mesma natureza**, desde que destinadas ao mesmo período de fornecimento. Tal exigência considera a natureza perecível dos gêneros hortifrutigranjeiros, bem como os custos inerentes à separação, acondicionamento e transporte, como condição necessária à adequada execução do objeto.

7.3. Os produtos deverão ser entregues na Sede do Sesc ou em suas Unidades Operacionais, conforme orientação contida na Ordem de Compra ou documento formal, constando abaixo os respectivos endereços:

UNIDADES
Almoxarifado Central QR 101 Conjunto 1 Lote 01 - Samambaia, Brasília - DF, 71250-070
Sede Administrativa SIA Trecho 2, Lote 1130, CEP 71200-020
Nova Sede Administrativa SIA Trecho 4, Lotes 80, 90, 100 e 110 - DF CEP: 71200-900
Asa Norte SGAN Quadra 712/912, Conjunto E, Brasília – DF, CEP: 7.790-125
Taguatinga Sul Setor F Sul, Taguatinga Sul Área Especial 3, Brasília - DF, CEP: 72016-012
Gama Setor Leste Industrial, Lotes 620 a 680, QI 1 - Gama, Brasília - DF, CEP: 72445-000
Presidente Dutra Edifício Presidente Dutra - Setor Comercial Sul, SHCS, DF, CEP: 70317-900
504 Sul W3 Sul Quadra 504/505 Bloco A - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70331-515
Guará QE 04 Área Especial, Guará I, Brasília - DF, CEP: 71010-633
913 Sul Via W4 Sul Quadra 713/913, Brasília - DF, CEP: 70390-130

<p style="text-align: center;">Ceilândia</p> <p style="text-align: center;">QNN 27 Área Especial S/N, Ceilândia Norte, Brasília - DF, CEP: 72225-270</p>
<p style="text-align: center;">Taguatinga Norte</p> <p style="text-align: center;">CNB 12 - Área Especial 2/3 - Taguatinga Norte, Brasília - DF, CEP: 72115-125</p>

7.4. As entregas poderão ocorrer em outro local, dentro do Distrito Federal, a ser indicado na Ordem de Compra ou documento formal emitido à CONTRATADA.

7.5. Todas as despesas com material, embalagens, transporte (frete) e mão de obra necessários à entrega do produto correrão por conta da CONTRATADA.

7.6. No ato da entrega do produto, a CONTRATADA deverá apresentar cópia da Ordem de Compra e a respectiva nota fiscal.

7.7. O CONTRATANTE disponibilizará funcionário para o recebimento e conferência dos materiais.

7.8. O CONTRATANTE poderá recusar o recebimento do produto, caso não esteja de acordo com as especificações técnicas, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

7.9. A CONTRATADA estará sujeita às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) pelos defeitos ou vícios aparentes ou ocultos encontrados no produto que será fornecido.

7.10. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8. AMOSTRA

8.1. Não será solicitado a apresentação de amostra do produto.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar o objeto, rigorosamente em conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste termo de referência

9.2. Entregar o objeto com observância das especificações previstas neste termo de referência, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou prazo de

garantia ou com embalagem violada ou danificada, independentemente do motivo alegado. Observar as sanções previstas neste caso.

9.3. A inobservância ao disposto nos itens anteriores, deste item, implicará no não pagamento do valor devido ao fornecedor, até que ocorra a necessária regularização.

9.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente identificados, acondicionados em embalagens lacradas e em perfeitas condições. O descumprimento das especificações solicitadas implicará no não recebimento dos itens por parte do Sesc-AR/DF.

9.5. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos itens, impostos e todas as despesas inerentes ao item.

9.6. A reincidência na entrega de produtos em desconformidade com registrado em ata sofrerá as penas previstas em edital, que poderá ser de uma advertência por escrito a suspensão total do contrato.

9.7. A Contratada deverá apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento, no momento da entrega.

9.8. Os produtos entregues serão recebidos:

a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação do gênero alimentício ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência.

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade do gênero alimentício e consequente aceitação pelo Setor Competente.

9.9. Caso seja verificada alguma inconformidade nos produtos entregues, a Contratada será acionada para recolher e substituir ou reparar no prazo indicado pelo Sesc. Todo o ônus do recolhimento e substituição é de responsabilidade da Contratada.

9.9.1. A Contratada será responsável por garantir a integridade dos produtos até a entrega.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.2. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, federal, estadual e municipal, direta e/ou indiretamente, aplicáveis ao Contrato;

10.3. Responsabilizar-se pela lavratura da respectiva ordem de compra ou instrumento de contratação, com base resolução Sesc 1.593/2024;

10.4. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

10.5. Pagar a importância correspondente à aquisição ou aquisições;

10.6. Fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado.

10.7. Rejeitar qualquer material entregue equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste termo de referência.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

11.2. A vedação à subcontratação do objeto licitado justifica-se pela natureza do fornecimento pretendido, que exige entrega direta, contínua e controlada de produtos perecíveis, devendo ser garantidas a qualidade, a rastreabilidade e a regularidade no abastecimento das unidades operacionais do Sesc-AR/DF.

11.3. Considerando que o objeto trata do fornecimento de hortifrutigranjeiros, produtos de elevada perecibilidade e que demandam rigorosos cuidados de manuseio, transporte e armazenamento, a execução contratual deve ocorrer de forma direta pela empresa contratada, evitando-se a intermediação de terceiros que possam comprometer a padronização, o controle de origem, o atendimento aos prazos de entrega e as condições sanitárias exigidas.

11.4. Além disso, a responsabilidade técnica e operacional do fornecedor principal é essencial para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, em especial quanto à higiene, qualidade e integridade dos produtos, requisitos que seriam de difícil fiscalização e responsabilização em caso de repasse a outra empresa.

11.5. A proibição da subcontratação, portanto, visa preservar a eficiência, a rastreabilidade e o controle do processo logístico, evitando a diluição de responsabilidades e reduzindo o risco de não conformidades no fornecimento, em consonância com o princípio da segurança alimentar e da eficiência administrativa, previstos na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

11.6. Dessa forma, a execução direta pela contratada é condição necessária para garantir a adequada fiscalização, a padronização dos procedimentos e a plena observância das especificações técnicas e sanitárias, razão pela qual não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento pelo fornecimento do objeto desta contratação, será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da contratação.

12.2. A importância a ser paga à CONTRATADA, a que se refere o caput desta Cláusula, será depositada em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, indicada na nota fiscal.

12.3. Na nota fiscal deverá estar especificada a quantidade fornecida, com o respectivo valor unitário e total e a comprovação de recebimento pelo Sesc-AR/DF.

12.4. Nos valores apresentados na nota fiscal, já estarão inclusos taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento desta contratação.

12.5. O CONTRATANTE não efetua pagamento por meio de boleto bancário.

12.6. Para atesto e posterior envio para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal ao CONTRATANTE, devidamente acompanhada das seguintes provas de regularidade fiscal:

- a) Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");
- b) Certidão negativa de débitos tributários federais;
- c) Certidão negativa de débitos tributários do Estado de sede da Contratada;
- d) Certidão negativa de débitos tributários do Município de sede da Contratada.

12.7. A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente, podendo ser substituída pela Certidão emitida pelo Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, como documento comprobatório de regularidade fiscal.

12.8. A cada pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e
- b) O prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE.

12.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

12.10. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os valores registrados e contratados não sofrerão reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

13.2. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

14. DA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

14.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando ocorrerem fatos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis que alterem as condições econômicas originalmente pactuadas, a exemplo de:

- a) Ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe após a apresentação da proposta, devidamente comprovados, que impactem diretamente na execução do contrato;
- b) Alterações legislativas ou regulamentares supervenientes, que impliquem aumento de custos ou oneração das obrigações assumidas pelo contratado;
- c) Variações significativas e imprevisíveis de preços de insumos essenciais para a execução do contrato, mediante justificativa e desde que devidamente comprovadas e autorizadas pela instituição.

14.2. **Parágrafo único.** Para fins de análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor deverá apresentar formalmente à instituição, a seguinte documentação mínima:

- a) Requerimento formal detalhando as razões e fundamentos que motivam o pedido de reequilíbrio, com referência específica ao fato superveniente que justifica a revisão, demonstrando o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual;
- b) Demonstrativo econômico-financeiro que comprove a alteração dos custos, detalhando os valores antes e após o evento que enseja o reequilíbrio;
- c) Documentos comprobatórios dos fatos alegados, a exemplo de:
 - i. Notificações, portarias, alterações legislativas ou regulamentares que tenham impactado o contrato;
 - ii. Comprovação de variação de preços de insumos (notas fiscais, tabelas de preços oficiais, índices setoriais);
 - iii. Relatórios técnicos ou periciais que atestem a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

iv. Planilha de custos detalhada com memória de cálculo.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

16. DA GARANTIA DE QUALIDADE

16.1. A Contratada responde integralmente pela qualidade, segurança sanitária e conformidade dos produtos entregues, inclusive por vícios aparentes ou ocultos, deterioração precoce, contaminação, pragas, avarias, acondicionamento inadequado e vencimento de prazo de validade, obrigando-se a ressarcir danos e substituir, sem ônus ao Sesc, quaisquer itens não conformes.

17. DA GARANTIA DA PROPOSTA

17.1. Não será exigida garantia de proposta.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a licitante contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

- a) Advertência;
- b) Multa, conforme detalhamento constante na tabela de grau e infração; e
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato.
- d) Impedimento de contratar com o Sesc-AR/DF, por um prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência nacional, nas seguintes hipóteses:
 - I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

18.2. Para efeito de aplicação das penas de multa às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	12% sobre o valor da Ordem de Compra
02	16% sobre o valor da Ordem de Compra
03	20% sobre o valor da Ordem de Compra
04	25% sobre o valor da Ordem de Compra
05	30% sobre o valor da Ordem de Compra
06	30% sobre o valor da Ata Registro de Preço

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não entregar os produtos solicitados.	5	Por ocorrência
2	Entregar, injustificadamente, os produtos solicitados com atraso de até 5 (cinco) dias, após o prazo determinado na Ordem de Compra.	1	Por ocorrência
3	Entregar, injustificadamente, os produtos solicitados com atraso superior a 5 (cinco) dias, após o prazo determinado na Ordem de Compra.	4	Por ocorrência
4	Entregar produtos solicitados em especificações diferentes do contratado.	4	Por ocorrência
5	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por ocorrência
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	3	Por ocorrência
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	1	Por ocorrência
8	A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preço ou instrumento equivalente.	6	Por ocorrência

18.3. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a licitação, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da CONTRATADA.

18.4. Quando não pagos em dinheiro pela CONTRATADA, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

18.5. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

18.6. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a CONTRATADA penalizada nos termos do Art. 40, Anexo I, da Resolução Sesc n.º 1.593/2024.

19. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Por Lote**.

20. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

20.1. Não é permitida a participação por consórcio.

20.2 A vedação justifica-se em razão das características do objeto, que consiste na aquisição de hortifrutigranjeiros. Trata-se de fornecimento de bens padronizados, divisíveis e de baixa complexidade operacional, com ampla oferta no mercado, não havendo necessidade técnica ou econômica que justifique a formação de consórcios.

20.2.1 Além disso, a restrição:

20.2.2 assegura maior celeridade processual, evitando análise de múltiplos documentos e compromissos de consórcio;

20.2.3 mitiga riscos contratuais decorrentes da responsabilidade solidária entre consorciadas;

20.2.4 amplia a competitividade, uma vez que empresas individualmente possuem plena capacidade de atendimento;

20.2.5 atende ao princípio da eficiência, privilegiando modelo contratual mais simples e eficaz

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Será exigido a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.2. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

LOTE	MATERIAIS COMPATÍVEIS
1	OVOS
2	FOLHASAS E HORTALIÇAS
3	TEMPEROS E ERVAS
4	FRUTAS
5	LEGUMES E TUBÉRCULOS

21.3. Para fins de aceitação será exigida a comprovação de fornecimento de pelo menos **20% (vinte por cento)** da quantidade estimada para **cada lote** licitado.

21.4. As comprovações dos montantes solicitados nos Atestados de Capacidade Técnica, nos casos em que não sejam atendidas somente por um documento, poderão ser resultantes do somatório de 2 (dois) ou mais atestados.

21.5. Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz.

21.6. Os dados exigidos da licitante a respeito de licitações ou contratos anteriores, que tenha firmado com Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, tem por escopo resguardar o Sesc-AR/DF nas futuras contratações, no sentido de evitar que empresas sem a devida capacidade técnica se aventurem em contratações que não possam honrar, prejudicando e/ou retardando as aquisições e/ou contratações do Sesc-AR/DF.

21.7. Poderá ser solicitada, a critério do Sesc-AR/DF, diligências às instalações da sociedade empresária, durante qualquer fase do Certame Licitatório, com objetivo de verificação da capacidade técnica da empresa LICITANTE.

21.8. Poderá ser solicitada do licitante a apresentação de **Plano Logístico**, indicando prazos de entrega, condições de transporte, formas de armazenamento, equipe envolvida, medidas de contingência e demais elementos necessários ao cumprimento do contrato.

22. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

22.1. Para habilitar-se à presente licitação, a interessada deverá apresentar a seguinte documentação:

22.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme a ser disciplinado no edital.

22.1.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

22.1.3. Estarão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas que:

a) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) estejam em regime de consórcio;

c) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;

d) estejam suspensas e/ou impedidas de licitar ou contratar com o SescAR/DF;

e) possuam débitos pendentes junto ao Sesc-AR/DF; e

f) tenham participação, seja a que título for, de dirigentes ou funcionários do Sesc-AR/DF.

g) considerando que o objeto envolve gêneros hortifrutigranjeiros perecíveis, que demandam **logística ágil, entregas diárias e reposição imediata** para assegurar frescor e qualidade, **justifica-se a restrição à participação de empresas situadas fora do Distrito Federal**. Para fins deste Termo, entende-se por Distrito Federal o território de **Brasília e suas Regiões Administrativas**; exige-se, portanto, que a licitante esteja **sediada no DF**. Tal delimitação:

(i) preserva a cadeia de frio e reduz perdas por deterioração;

(ii) viabiliza atendimento imediato a demandas extraordinárias;

(iii) facilita a fiscalização sanitária e a rastreabilidade;

(iv) mitiga riscos logísticos e custos de transporte, promovendo economicidade; e

(v) assegura o cumprimento dos prazos e níveis de serviço definidos neste Termo de Referência.

22.1.4. Considerando que o objeto da contratação envolve o fornecimento de gêneros hortifrutigranjeiros perecíveis, os quais demandam logística ágil, entregas diárias e reposição imediata, a fim de assegurar frescor, qualidade e segurança alimentar, **justifica-se a restrição à participação de empresas sediadas fora do Distrito Federal**. Para os fins deste Termo, entende-se por Distrito Federal o território de Brasília e suas respectivas Regiões Administrativas, exigindo-se, portanto, que a licitante esteja estabelecida no DF.

22.1.5. Tal delimitação decorre de necessidade operacional diretamente relacionada à natureza do objeto, uma vez que a perecibilidade dos produtos impõe reduzido intervalo entre a colheita, o transporte e a entrega, sob pena de comprometimento da qualidade, do valor nutricional e da conformidade sanitária dos itens fornecidos. A proximidade geográfica do fornecedor permite a preservação da cadeia de frio, a redução de perdas por deterioração, bem como a pronta substituição de produtos eventualmente recusados, garantindo a continuidade do abastecimento.

22.1.5. Adicionalmente, a exigência de sede no Distrito Federal viabiliza o atendimento imediato a demandas extraordinárias ou emergenciais, facilita a fiscalização sanitária e a rastreabilidade dos produtos, mitiga riscos logísticos previsíveis e reduz custos indiretos associados ao transporte, devoluções, substituições e interrupções no fornecimento, promovendo maior economicidade à Administração.

22.1.6. Registra-se, ainda, que a referida exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional, razoável e estritamente vinculada à adequada execução contratual, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade. Trata-se, portanto, de requisito técnico-operacional necessário para assegurar o cumprimento dos prazos, níveis de serviço e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, reduzindo riscos contratuais e assegurando maior previsibilidade e segurança à Administração.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata.
- c) não haja prejuízo a aquisição do objeto pactuado.
- d) Haja a concordância do CONTRATANTE.

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do procedimento licitatório as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção ao art. 23 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

24.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

25.1. Optou-se pela continuidade da utilização do modelo de **Sistema de Registro de Preços – SRP** para essa contratação, pois a demanda por produtos hortifrutigranjeiros é variável e depende de diversos fatores, como a sazonalidade e a participação em eventos que podem alterar o número de atendimentos.

25.2. Diante dos enquadramentos expostos neste Termo de Referência, será adotado o Registro de Preços, haja vista tratar-se de fornecimento que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, agregando ao fato da possibilidade de atendimento das necessidades de outros departamentos da entidade e por outro serviço social autônomo, nos termos do artigo 44 e seus incisos do Anexo da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

25.3. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição, sendo facultada a realização de contratação de terceiros, sempre que houver preços mais vantajosos.

25.4. O Registro de preço realizado, poderá ser objeto de adesão por outro departamento da entidade e por serviço social autônomo.

25.5. As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

25.6. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

25.7. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizados durante a vigência do registro de preço.

25.8. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

25.9. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

25.10. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço - ARP.

25.11. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente desta licitação será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

25.12. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo fornecedor registrado no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação formal, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no artigo 32 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

26.1. Após o encerramento da licitação, será incluído na ata o cadastro reserva, na forma de anexo, o registro:

26.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da licitante vencedora, observada a classificação na licitação; e

dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

26.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

26.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

26.2.2. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

26.2.3. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

27. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

27.1. Nos termos de regramento interno da Instituição, será designado empregado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, nos termos da Ordem de Serviço Sesc/AR/DF nº 14/2020.

27.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que

resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

27.3. A gestão e fiscalização dar-se-ão pelos funcionários abaixo designados:

Gestor da Contratação	
Nome:	Fernanda Dionísio Dourado Costa
Cargo:	Gerente de Área
Matrícula:	6597
Fiscal Titular	
Nome:	Cleonice de Lima Januario
Cargo:	Analista de Saúde
Matrícula:	6193
Fiscal Substituto	
Nome:	Maria de Fátima Figueira M. Paiva
Cargo:	Assessor Executivo I
Matrícula:	6100

28. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

28.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normativos aplicáveis à matéria, responsabilizando-se pela confidencialidade, sigilo e segurança de todos os dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou compartilhados no âmbito da execução contratual.

28.2. A CONTRATADA compromete-se a:

- utilizar os dados pessoais única e exclusivamente para a execução do objeto contratado, vedado o uso para fins diversos ou incompatíveis;
- adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação ou difusão indevida;
- restringir o acesso às informações apenas a profissionais que necessitem delas para a execução das atividades contratadas, observando o princípio da necessidade;
- comunicar formalmente à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados;
- responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por eventuais danos decorrentes de tratamento irregular ou em desconformidade com a legislação vigente.

28.3. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização perante os titulares dos dados ou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. A contratação resultante deste Termo de Referência está disciplinada nas disposições da Resolução Sesc nº 1.593/2024 e eventuais lacunas serão supridas pelas normas de direito civil vigentes e pelos princípios gerais de direito privado.

29.2. Brasília/DF é domicílio e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Brasília/DF 04 de Fevereiro de 2026

Fernanda Dionísio Dourado Costa

Gerente de Área

Gerência de Nutrição

Documento assinado usando senha por: **Jonathan Junio Marques De Paula - 5821**, com o cargo: **Analista de Suporte a Gestão**, na lotação: **Gerência de Compras e Contratos** em 04/02/2026 às 15:21:29, protocolo nº: **86660/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Danielle Gomes Martinez - 8487**, com o cargo: **Gerente Adjunto de Área**, na lotação: **Gerência de Nutrição** em 04/02/2026 às 17:02:47, protocolo nº: **86660/2026**.



Para conferir e validar a assinatura desse documento acesse:
[https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?](https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?q=0eebae0fe546118246c1332497aa754e4b5852d4955b43c8c12da8aa2612605c)
[q=0eebae0fe546118246c1332497aa754e4b5852d4955b43c8c12da8aa2612605c](https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?q=0eebae0fe546118246c1332497aa754e4b5852d4955b43c8c12da8aa2612605c)